
***Inframerica
Concessionária do
Aeroporto de São Gonçalo
do Amarante S.A.***

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para as Notas 1 e 3.2 às demonstrações financeiras, que descrevem que, em 5 de março de 2020, a administração da Companhia formalizou junto à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, o pedido de relicitação da concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, única atividade operacional da Companhia. Presentemente, a operação do referido aeroporto foi qualificada para fins de relicitação. Entretanto, as obrigações da Companhia relativas à manutenção da concessão permanecem inalteradas até que um novo contrato de parceria seja assinado. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das



Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 1º de março de 2021

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Magnusson de Carvalho

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - AEROPORTO DE NATAL

Panorama político e econômico

A crise econômica, social e sanitária desencadeada pela pandemia de covid-19, no ano de 2020, interrompeu a agenda de reformas macroeconômicas, defendida pelo Governo e tida como uma das razões da eleição do presidente Jair Bolsonaro. A pandemia reorientou os esforços do Governo para reduzir os impactos da interrupção forçada da economia. Diversas medidas foram adotadas, a exemplo do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, a redução de jornadas com proporcional redução de salários e linhas de crédito emergenciais para as empresas como forma de preservar empregos.

Apesar das medidas, a taxa de desemprego registrada atingiu 14,4%, a maior desde 2012, atingindo 13,8 milhões de brasileiros. Até novembro de 2020, o PIB registrava queda de 4,63% no acumulado do ano. Os números oficiais ainda não foram divulgados. A pandemia de covid-19 sacudiu a economia global como um todo. A CNN Business divulgou estimativa do FMI de encolhimento de até 4,4% da economia global em 2020. O mesmo veículo de imprensa reportou que o mercado financeiro espera que o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação do país, fique em 4,52% em 2020, a mais alta desde 2016. A taxa Selic está na mínima histórica de 2% ao ano, seguindo a tendência mundial de injeção de liquidez monetária como medida anticíclica para debelar a crise econômica.

Segundo o Banco Mundial, para 2021 espera-se crescimento da economia brasileira da ordem de 3%. Os economistas projetam a inflação abaixo do centro da meta, em cerca de 3,75%. Segundo o Boletim Focus, divulgado no dia 25/01 pelo Banco Central, analistas acreditam que tanto o IPCA quanto a Selic chegarão em 3,5% até o final do ano.

O ano de 2021 também reserva grandes desafios políticos. O Congresso Nacional será peça fundamental para a organização das contas públicas. O déficit público, incluindo gastos com juros, superou pela primeira vez a marca de R\$ 1 trilhão. Restam dúvidas acerca do apoio político para retomar agendas de importância estrutural para o país, a exemplo da Reforma Administrativa, do avanço das privatizações e da Reforma Tributária.

A cadência da retomada econômica e os rumos da opinião pública deverão também ser ditados pela evolução do Programa Nacional de Imunizações.

Perspectivas para a aviação em 2021

Apesar do otimismo, ainda remanescem desafios importantes para a retomada efetiva da aviação global e também no Brasil. A crise da pandemia de covid-19 devastou a indústria da aviação. O Brasil chegou a ver reduzidos os 2,5 mil voos domésticos diários para apenas 180. Ainda sofrendo com os impactos da pandemia, o setor já começa a observar uma retomada. Segundo a Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), as ofertas de voos vêm sendo retomadas desde maio de 2020. Estarão em pauta ao longo de 2021, além da retomada econômica e, por conseguinte, o restabelecimento das viagens aéreas, questões como protocolos de biossegurança, custos com infraestrutura e novas alianças entre as empresas e entidades do setor.

Uma das novidades de 2021 pode ser o lançamento de duas companhias aéreas, a Ita Transportes Aéreos e a Nella Linhas Aéreas. As duas companhias pretendem começar a operar no primeiro semestre de 2021. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) já está analisando os documentos das empresas.

A Nella Linhas Aéreas será a primeira companhia brasileira criada com capital 100% estrangeiro. Um dos diferenciais da empresa será o fato de ter aeronaves próprias, em vez dos contratos de aluguel (leasing). A Nella Linhas Aéreas já comprou cinco modelos ATRs-72 com 70 assentos. Com planos de operar em 17 cidades brasileiras até o final de março de 2021, a Itapemirim Linhas Aéreas terá em sua frota 10 aeronaves Airbus A320. A nova empresa vai manter as mesmas cores da empresa de ônibus, a Viação Itapemirim. Conforme publicado pela companhia na imprensa, a empresa terá hub em quatro aeroportos: Guarulhos (SP), Galeão (RJ), Brasília (DF) e alguma cidade do Nordeste, que ainda não está definida.

Empregos

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou como pandemia o surto de Covid-19. No Brasil, o crescimento dos casos de contágio como decorrência da doença levou o governo brasileiro adotar diversas medidas legais, com impacto nas relações de emprego e na preservação de postos de trabalho. Em virtude da diminuição das atividades operacionais do Aeroporto de Natal motivada pelas recomendações de isolamento social para redução da propagação da COVID-19, a Inframerica em conjunto com o Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA), assinou

em abril um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para adesão ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Medida Provisória (MP) nº 936/2020, convertida agora em Lei (14.020).

A Lei permitiu às empresas suspenderem temporariamente contratos de trabalho de funcionários e/ou reduzirem jornadas e salários durante o estado de calamidade pública para preservar empregos e renda. O Governo Federal compensou parte da perda financeira do trabalhador por meio do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEM) e a Inframerica manteve 100% de todos os benefícios aos seus funcionários, como por exemplo, Vale Alimentação e Refeição e Plano de Saúde.

Com isto, a concessionária preservou empregos e conseguiu diminuir despesas para passar pela crise causada pela pandemia.

Aeroporto de Natal

A pandemia acertou em cheio o setor aéreo mundial. Com as medidas de isolamento social e o fechamento de fronteiras, a paralização da aviação foi global e o setor foi um dos mais atingidos e prejudicados pela crise que o coronavírus trouxe com ele. Pode-se dizer que este foi o pior ano na história da aviação.

O Aeroporto de Natal também sofreu com as consequências da doença. O terminal potiguar fecha o ano de 2020 com uma movimentação de 1,185 milhão de passageiros e pouco mais de 10 mil pousos e decolagens. Este número representa um fluxo aéreo 49% inferior a 2019.

O movimento registrado em 2019 no Aeroporto de Natal foi de 2,3 milhões de passageiros e cerca de 18 mil pousos e decolagens.

De forma lenta e com todos os cuidados, o Aeroporto de Natal vem surpreendendo e crescendo mês a mês. Em dezembro o terminal registou a 7ª alta consecutiva de voos e passageiros e chegou a atingir 155 mil usuários e 1.340 voos. Segundo pesquisa do Ministério do Turismo realizada com agências e organizações de viagens, Natal desponta como destino mais procurado por pessoas que desejam viajar. Com muitas fronteiras de países ainda fechadas, os brasileiros estão procurando as praias brasileiras e Natal tem todas as características para receber e atrair turistas.

Para que os passageiros do Aeroporto de Natal viagem com tranquilidade, a Inframerica, administradora do terminal, adotou diversas medidas. Ao chegar no

aeroporto, o passageiro se depara com dispensers de álcool gel por todo o terminal. São mais de 20 pontos para higienização das mãos presentes em todo o trajeto até o portão de embarque. O chão das filas de check-in, raio-x e portões de embarque estão adesivados com demarcações de distanciamento. Além disso, os balcões possuem barreiras de acrílico instaladas para proteger passageiros e funcionários.

A limpeza do terminal foi reforçada. A equipe responsável pela higienização do Aeroporto, também reforçou a reposição de sabonetes, limpeza de corrimãos e há equipes dedicadas somente para a limpeza dos sanitários.

Mesas, cadeiras e longarinas foram isoladas para garantir o distanciamento social. A concessionária vem tomando diversas medidas para que o passageiro possa viajar tranquilo. Investiu em tecnologia, em limpeza e modificou toda a sinalização do terminal. Todas as regras são informadas por avisos sonoros e em monitores espalhados por toda a sala de embarque.

A concessão do Aeroporto de Natal

A Inframerica, concessionária do Aeroporto de Natal, solicitou à União a devolução amigável do terminal potiguar prevista na Lei 13.448/2017. O pedido aconteceu em março de 2020, antes mesmo da OMS declarar a pandemia mundial.

Alguns fatores determinaram a decisão da administradora em buscar a relicitação da concessão. Uma das justificativas é em relação ao tráfego de passageiros que foi negativamente impactado e que, se comparado ao previsto nos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) feitos no início da concessão, não se atingiu nem metade do que era previsto. Além disso, as tarifas aeroportuárias de Natal eram cerca de 35% inferiores se comparado aos demais aeroportos privatizados do país sob o mesmo regime tarifário (dados de dezembro de 2019) ou da própria Infraero. As tarifas de navegação aérea do Aeroporto de Natal também eram defasadas. Os valores cobrados pelas outras torres de controle chegam a ser 301% mais altas que a do Aeroporto de Natal.

Durante o trâmite administrativo de análise do pedido, e até que haja a relicitação e a entrada de um novo operador, a Inframerica manterá todas as operações do aeroporto, com a mesma qualidade e segurança, bem como a execução de todos os contratos em vigor com seus colaboradores, cessionários e fornecedores. O pedido de devolução está circunscrito exclusivamente à concessão do Aeroporto de Natal.

Outorga

A redução no fluxo de passageiros impactou diretamente as receitas tarifárias e não tarifárias da concessionária. Por conta deste impacto no caixa, a Inframerica entrou com pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato relativo aos prejuízos decorrentes da pandemia no ano de 2020 junto ao órgão regulador.

A pandemia foi reconhecida pela União como um caso de “força maior” ou “caso fortuito”, ou seja, o prejuízo não faz parte dos riscos assumidos pela iniciativa privada e deve ser compensado pelo Governo Federal.

Em decisão foi publicada em 4 de janeiro no Diário Oficial da União, a ANAC aprovou o reequilíbrio econômico-financeiro do Aeroporto de Natal, devido aos prejuízos da concessionária em 2020, em consequência da pandemia da covid-19.

A diretoria da ANAC reconheceu que a pandemia estaria contratualmente enquadrada como risco atribuído ao poder concedente e aprovou, assim como foi feito para os demais aeroportos concedidos, a compensação dos prejuízos gerados pela pandemia. A Inframerica solicitou que o montante referente ao reequilíbrio econômico financeiro seja compensado por meio de equiparação das tarifas da Torre de Controle do Aeroporto de Natal, para que sejam iguais às demais torres do país, administradas pelo DECEA ou pela Infraero.

Atualmente os valores estão defasados e muito abaixo dos praticados por outros terminais aéreos. A revisão resultou num crédito de cerca de R\$ 20,5 milhões. Outro reconhecimento de desbalanceamento econômico do contrato de concessão aprovado pela ANAC, foi a respeito da recuperação da pista de pouso e decolagem em 2017, quando a companhia se viu obrigada a executar este investimento, que não estava previsto no contrato. Este reequilíbrio será compensado através do aumento de tarifas aeronáuticas. A revisão resultou num crédito de cerca de R\$ 8,8 milhões.

Destaques financeiros

Uma medida para aliviar o fluxo de caixa da companhia foi a adesão ao programa de Standstill do BNDES, que postergou o pagamento de juros e principal da dívida de longo prazo, por um período de 12 meses, este que teve início em abril, retomando seu pagamento apenas em março/21.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo			Passivo		
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	4.936	824	Salários e encargos sociais (Nota 13)	2.097	1.991
Depósitos vinculados (Nota 5.1)	8.192	6.274	Fornecedores (Nota 14)	18.641	17.226
Contas a receber de clientes (Nota 6)	3.312	6.205	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	9.162	8.172
Tributos a recuperar (Nota 8)	3.577	6.231	Tributos a recolher	221	382
Despesas antecipadas	657	889	Compromissos com o poder concedente (Nota 16)	15.255	-
Direito com poder concedente (Nota 16)	28.017	-	Adiantamentos de clientes (Nota 17)	2.341	1.599
Outros ativos (Nota 10)	740	1.169	Outros passivos (Nota 19)	2.643	4.124
	49.431	21.592		50.360	33.494
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	78.795	74.114
Tributos a recuperar (Nota 8)	18.515	33.445	Partes relacionadas (Nota 7)	5.888	5.888
Despesas antecipadas	-	4	Compromissos com o poder concedente (Nota 16)	342.441	348.096
Depósitos judiciais (Nota 9)	1.011	1.590	Adiantamentos de clientes (Nota 17)	3.731	5.327
	19.526	35.039	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	1.286	1.081
				432.141	434.506
			Total do passivo	482.501	468.000
Imobilizado (Nota 11)	911	1.235	Patrimônio líquido		
Intangível (Nota 12)	156.791	305.433	Capital social (Nota 20)	807.900	790.753
	177.228	341.707	Prejuízos acumulados	(1.063.742)	(895.454)
				(255.842)	(104.701)
Total do ativo	226.659	363.299	Total do passivo e do patrimônio líquido	226.659	363.299

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida (Nota 21)	30.504	49.046
(-) Custos dos serviços prestados (Nota 22)	(48.476)	(59.777)
Prejuízo operacional bruto	(17.972)	(10.731)
Despesas de comercialização (Nota 24)	(942)	(737)
Despesas administrativas (Nota 23)	(3.946)	(3.506)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas (Nota 25)	(130.489)	(175.847)
	(135.377)	(180.090)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(153.349)	(190.821)
Receitas financeiras (Nota 26)	4.088	626
Despesas financeiras (Nota 26)	(19.027)	(28.898)
	(14.939)	(28.272)
Prejuízo do exercício	(168.288)	(219.093)
Prejuízo por ação - Em reais	(0,21)	(0,28)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(168.288)	(219.093)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(168.288)	(219.093)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social			Prejuízos Acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Total		
31 de dezembro de 2018	771.243	(1.970)	769.273	(676.361)	92.912
Subscrição de capital (Nota 21)	38.530	(38.530)	-	-	-
Integralização de capital (Nota 21)	-	21.480	21.480	-	21.480
Prejuízo do exercício	-	-	-	(219.093)	(219.093)
31 de dezembro de 2019	809.773	(19.020)	790.753	(895.454)	(104.701)
Integralização de capital (Nota 21)	-	17.147	17.147	-	17.147
Prejuízo do exercício	-	-	-	(168.288)	(168.288)
31 de dezembro de 2020	809.773	(1.873)	807.900	(1.063.742)	(255.842)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(168.288)	(219.093)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	7.723	13.601
Provisões	4.586	(997)
Direito com poder concedente	(26.292)	-
Outras receitas/despesas	6.639	104
Baixa de intangível / imobilizado	4.964	129
Impairment	137.638	176.147
Resultado financeiro	<u>14.517</u>	<u>28.418</u>
	(18.513)	(1.691)
Variações ativas e passivas:		
Contas a receber de clientes	2.190	1.607
Partes relacionadas	-	(59)
Tributos a recuperar	11.046	6.112
Despesas antecipadas	236	(504)
Outros ativos	429	(274)
Depósitos judiciais	579	(171)
Aquisição de bens intangíveis	(1.460)	(3.241)
Salários e encargos sociais	106	(587)
Fornecedores	(2.263)	1.286
Tributos a recolher	(161)	(287)
Outros passivos	454	(219)
Adiantamento de cliente	(854)	(2.384)
Compromisso com o poder concedente	<u>-</u>	<u>(14.797)</u>
	10.302	(13.518)
Caixa aplicado nas operações	(8.211)	(15.209)
Juros pagos	(560)	(3.112)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(8.771)	(18.321)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira/depósitos vinculados	(1.918)	(2.603)
Aquisição de bens imobilizados	-	(19)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.918)	(2.622)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	17.147	21.480
Pagamento - principal de empréstimos e financiamentos	(2.346)	(2.212)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	14.801	19.268
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	4.112	(1.675)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita	64.427	63.613
Receitas tarifarias	18.427	35.327
Receitas não tarifarias	20.207	28.347
Outras Receitas	26.493	451
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão/constituição	(700)	(512)
Insumos adquiridos de terceiros	(178.195)	(202.011)
Custos operacionais	(20.980)	(23.870)
Outras Despesas	(157.215)	(178.141)
Valor adicionado bruto	(113.768)	(138.398)
Depreciação e amortização	(7.723)	(13.599)
Valor adicionado líquido produzido	(121.491)	(151.997)
Valor adicionado recebido em transferência	4.088	626
Receitas financeiras	4.088	626
Valor adicionado total a distribuir	(117.403)	(151.371)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	18.217	20.566
Remuneração direta	11.770	13.480
Benefícios	5.404	5.937
FGTS	1.043	1.149
Impostos, taxas e contribuições	13.641	18.258
Federais	9.020	9.438
Municipais	435	788
Poder concedente	4.186	8.032
Remuneração de capitais de terceiros	19.027	28.898
Juros, variações cambiais e outros	19.027	28.898
Remuneração de capitais próprios	(168.288)	(219.093)
Prejuízo do exercício	(168.288)	(219.093)
Valor Adicionado Distribuído	(117.403)	(151.371)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. (“Inframerica”, “Concessionária” ou “Companhia”), constituída em 4 de novembro de 2011, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por único e exclusivo objeto social realizar a construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, localizado na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, bem como outras atividades autorizadas, necessárias ou úteis à execução de seu objeto social, em conformidade com o disposto no Contrato de Concessão e desde que previamente autorizado pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

A concessão tem prazo de vigência em 28 anos, podendo ser prorrogado por mais 5 anos. A remuneração da Companhia dar-se-á através da cobrança de tarifas aeroportuárias e outras atividades comerciais que gerem receitas não tarifárias, conforme previsto em contrato de concessão. O contrato é dividido em duas fases:

Fase 1: Construção do Aeroporto pela Companhia.

Fase 2: Manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante.

Extinta a concessão, o Poder concedente assumirá a prestação de serviços, sendo-lhes revertidos todos os bens reversíveis nos termos do contrato de concessão.

Uma das obrigações do Contrato de Concessão é o pagamento anual da Contribuição Fixa ao Poder Concedente no valor de R\$ 6.800, corrigido pela taxa Selic, a partir do 37º mês contado da data de eficácia do contrato. O início das operações do aeroporto ocorreu em maio de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 929 e o patrimônio líquido negativo de R\$ 255.842, devido, principalmente, a fornecedores e financiadores. Para fazer frente a esta obrigação, estão presentes no plano de negócios da Companhia, aportes de capital a serem efetuados por seus acionistas.

Manifestação de intenção de relicitação da concessão do aeroporto

Em 05 de março de 2020, a Companhia protocolou na ANAC o pedido de relicitação, conforme a Lei nº 13.448 de 5 de julho de 2017, decreto 9.957 de 6 de agosto de 2019 e a resolução da ANAC nº 533 de 7 de novembro de 2019, da concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A., única atividade operacional da Companhia.

Esse processo teve a manifestação de viabilidade técnica e jurídica pela ANAC em 26 de maio de 2020. No início de junho o Ministério da Infraestrutura se manifestou quanto a compatibilidade com as políticas públicas e através da Resolução nº 122 de 10 de junho de 2020 e o conselho do Programa de Parceria de Investimentos - PPI - manifestação sobre conveniência e oportunidade e, em agosto, foi publicado o Decreto de qualificação do aeroporto no âmbito do PPI. O aditivo contratual foi assinado no dia 19 de novembro de 2020, esse aditivo dispõe sobre a qualificação do aeroporto para a relicitação.

Cabe ressaltar que os acionistas, apesar do cenário descrito, mantêm todas as obrigações contratuais, aportando recursos próprios de forma a garantir a operacionalização e a manutenção do alto nível de qualidade na prestação do serviço, além do adimplemento com o pagamento das outorgas e das demais obrigações contratuais.

Mesmo com o pedido de devolução formalizado a Companhia é legalmente obrigada a manter as operações do aeroporto até a conclusão do processo de relicitação, onde a próxima empresa/concessionária irá

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

assumir formalmente a operação do Aeroporto. Nesse momento, essas demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas sob a premissa de continuidade operacional. A mensuração e o registro contábil da concessão não foram alterados.

Impactos do COVID-19 (Coronavírus)

O movimento de alta temporada de verão no Aeroporto de Natal fez crescer o fluxo de passageiros neste último trimestre do ano. Por conta da elevada procura pelas praias do Rio Grande do Norte, novos voos e destinos foram incluídos na malha área. O Aeroporto de Natal está com 49 voos diários para os principais aeroportos do Brasil. Em dezembro foram incluídos na malha aérea os voos de Goiânia, Ribeirão Preto e Uberlândia, para atender a demanda da estação.

Segundo pesquisa do Ministério do Turismo realizada com agências e organizações de viagens, Natal desponta como destino mais procurado por pessoas que desejam viajar. O movimento aéreo e de passageiros está em ascensão comparado ao início da pandemia.

O movimento continua abaixo do previsto e do que era processado em 2019, mas já há uma retomada importante e uma busca maior dos brasileiros por destinos domésticos, especialmente os do litoral Nordeste. O terminal potiguar fecha o ano de 2020 registrando em dezembro 72% do seu movimento aéreo pré-covid-19.

Para atender a estes turistas e se preparar para uma retomada a Concessionária vem intensificando as medidas sanitárias. As operações internacionais ainda não foram retomadas.

Em função do impacto gerado pela pandemia, a Companhia entrou com pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Isso foi possível ao devido ao reconhecimento pela União que a pandemia do Covid-19 é um caso de “força maior” ou “caso fortuito”, ou seja, o prejuízo do impacto da pandemia não faz parte dos riscos assumidos pela iniciativa privada e deve ser compensado pelo Governo Federal. Diante disto, a ANAC definiu como premissa para esse reequilíbrio a compensação de acordo com o resultado operacional projetado da companhia, no cenário sem pandemia (contra factual).

Em dezembro a ANAC aprovou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato referente ao ano de 2020 no valor de R\$ 20,5 milhões, que será recebido através de compensação da contribuição mensal e reajustes das tarifas da Torre de Controle.

Para auxiliar no enfrentamento da crise causada pela Covid-19 e apoiar na manutenção dos empregos, o Ministério da Economia prorrogou a política de redução da jornada de trabalho até o final de 2020. Esta iniciativa do Governo evitou a demissão de funcionários e preservou empregos. Mesmo com o impacto negativo no fluxo de caixa decorrente da redução das receitas, a Companhia manteve 100% de todos os benefícios aos seus funcionários e honrou seus compromissos com fornecedores e prestadores de serviço.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo conselho de administração em 26 de fevereiro de 2021.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base da preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual Companhia atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a Companhia não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado:** os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio do resultado:** os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em geral, leva-se em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias ou em menor período, caso já avaliado o risco. A administração entende que a provisão para riscos sobre o contas a receber está adequada e reflete o historio de perdas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos especulativos.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se aplicável.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social diferido são calculados com a base nas leis tributárias na data do balanço, sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente, podem ser classificados e contabilizados de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

2.10 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestado aos usuários.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de 308 meses contados a partir do início da operação do aeroporto até o final do período de concessão, tendo sido adotado a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

(a) Direito de concessão (outorga)

A Companhia reconheceu o ativo referente à concessão do direito de construção e exploração do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante como ativo intangível na data de início da operação do aeroporto, sendo amortizado na sua totalidade até o fim do período da concessão. O início da operação se caracterizou pela transferência da operação aérea do Aeroporto Augusto Severo para a Companhia. A transferência ocorreu no mês de maio de 2014.

(b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.11 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.13 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa durante todo o período de concessão.

A contribuição fixa será registrada sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano e amortizados pelas liquidações financeiras.

2.13.1 Outorga

A contribuição fixa anual estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 6.800, corrigida pela taxa Selic.

A Companhia tem como política contábil a apropriação no resultado da correção monetária do passivo relativo ao compromisso com o poder concedente (outorga) pois o ativo diretamente atribuível ao direito de exploração do aeroporto já está plenamente em operação.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Não foi constituída provisão para manutenção e recuperação da estrutura, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

2.16 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e foram registradas com base na competência contábil. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Receitas tarifárias

A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois indicadores da ANAC: fator X e Q.

O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas a produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas. O início da sua aplicação ocorre a partir do primeiro reajuste das tarifas conforme o item 6.4 do Anexo 19 do Edital - Contrato de Concessão.

O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no PEA-Plano de Exploração Aeroportuária e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. Para o ano de 2019 o fator Q resultou em uma bonificação de 1,05% no reajuste tarifário.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a cada cinco anos haverá revisão dos parâmetros da concessão que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro. Esta revisão abrange os indicadores de qualidade de serviço que são base para o cálculo do fator Q, a metodologia de cálculo do fator X e do fator Q e a taxa de desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal.

Adicionalmente, foi estabelecido no Anexo 11 do contrato de concessão uma regra a ser aplicada nos ajustes tarifários, que estabelece o cálculo para reversão de receitas não tarifárias para modicidade tarifária.

(b) Receitas não tarifárias

A Companhia também obtém receitas explorando outras atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

2.18 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As normas elencadas a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

Norma	Principais alterações
CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.
Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material	As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Amortização do ativo intangível

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão. O cálculo deve representar o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. No exercício de 2020, a taxa média de janeiro a dezembro utilizada foi de 1,49% (janeiro a dezembro de 2019 1,28%) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Apuração de tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos só serão reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. A administração entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro e estimado com base no plano de negócio e nos orçamentos aprovados, extrapolado para todo o período de concessão.

(c) Provisões

As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos tributos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Premissa de continuidade operacional

Conforme descrito na Nota 1, em 5 de março de 2020 a administração da Companhia manifestou sua intenção, junto às autoridades competentes, de devolver ao Governo Federal a concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A., única atividade operacional da Companhia. Até que haja aprovação final por parte das autoridades competentes, a Companhia é legalmente obrigada a manter as operações do aeroporto até a conclusão do contrato de concessão.

Com base no julgamento da administração sobre o atual estágio do processo e obrigações existentes, bem como contando com o apoio dos acionistas na manutenção da operação e das obrigações contratuais, as demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas sob a premissa de continuidade operacional, sendo que ativos e passivos continuam a ser mensurados considerando o prazo total da concessão. Nenhum ajuste contábil foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia em relação a esse fato.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

4.2 Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou nenhuma distribuição de dividendos.

4.4 Risco de mercado

4.4.1 Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos compromissos, presentemente assumidos.

4.5 Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas estimadas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

4.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais 5 anos	Total	Juros a Incorrer	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	9.162	14.033	34.973	68.509	126.677	(38.720)	87.957
Compromisso com o poder concedente	15.255	34.000	39.249	730.139	818.643	(460.947)	357.696
Fornecedores	18.641	-	-	-	18.641	-	18.641
Partes relacionadas	-	-	-	5.888	5.888	-	5.888
Outros passivos	2.643	-	-	-	2.643	-	2.643
Total	45.701	48.033	74.222	804.536	972.492	(499.667)	472.825

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.7 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores com base no valor contábil, menos perdas (impairment) no caso de contas a receber, são próximos de seus valores justos. Os valores justos dos passivos financeiros, são estimados pelo desconto do fluxo de caixa contratual futuro com a taxa de juros de mercado vigente disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os empréstimos são especificamente contratos com o BNDES para a construção e são apresentados a custo amortizado, que se aproxima do valor justo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	1	2
Contas Correntes	326	261
Aplicações financeiras (a)	3.339	555
Aplicações financeiras (b)	<u>1.270</u>	<u>6</u>
Total	<u>4.936</u>	<u>824</u>

(a) As aplicações financeiras são certificadas de depósitos bancários de curto prazo, a uma taxa média ponderada de 88,65% do CDI, com liquidez imediata.

(b) Quotas de fundo de investimento, a uma taxa média de 66,53% do CDI, com liquidez imediata.

5.1 Depósitos vinculados

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações financeiras - Garantia Empréstimo (a)	8.164	6.245
Conta corrente - demais garantias	<u>28</u>	<u>29</u>
Total	<u>8.192</u>	<u>6.274</u>

(a) Quotas de fundo de investimento, a uma taxa média de 82,20% do CDI, com liquidez imediata.

Os depósitos vinculados são em quotas de fundo de investimento de curto prazo, a uma taxa média de 82,20% do CDI e não são classificadas como caixa e equivalente de caixa por estarem vinculadas a garantia do contrato referente à dívida de longo prazo (Nota 15).

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber de clientes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Atividades tarifárias		
Passageiros	949	3.450
Aeronaves	153	992
Cargas	<u>305</u>	<u>240</u>
	<u>1.407</u>	<u>4.682</u>
Atividades não tarifárias		
Cessão de Espaço	2.810	2.489
Outros	<u>495</u>	<u>240</u>
	<u>3.305</u>	<u>2.729</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.400)	(1.206)
	<u>3.312</u>	<u>6.205</u>

Movimentação de provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.206)</u>	<u>(2.232)</u>
Provisão	(2.486)	(479)
Baixa para perda	509	1.362
Reversão	<u>1.783</u>	<u>143</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.400)</u>	<u>(1.206)</u>

7 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características próprias de cada transação.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo:		
Gastos com Obra - Contrato EPC		
Consórcio Engeport - Participante Indireto (a)	<u>5.888</u>	<u>5.888</u>
	<u>5.888</u>	<u>5.888</u>
Resultado:		
Despesas a recuperar		
Inframerica Concessionária S.A. - Participante indireto (b)	<u>-</u>	<u>46</u>
	<u>-</u>	<u>46</u>

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Saldo do contrato EPC da obra a pagar.
(b) Refere-se às despesas diversas dentre elas salários e encargos.

7.1 A remuneração dos diretores e das pessoas-chave da Administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	124	49
Total	<u>124</u>	<u>49</u>

8 Tributos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	35	682
Contribuição social s/ lucro líquido – CSLL	10	9
Programa de integração social - PIS (a)	544	814
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (a)	2.478	4.217
Outros	510	509
	<u>3.577</u>	<u>6.231</u>
Não Circulante		
Programa de integração social - PIS (a)	3.789	6.508
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (a)	14.726	26.937
	<u>18.515</u>	<u>33.445</u>
Total	<u>22.092</u>	<u>39.676</u>

- (a) Crédito de PIS/COFINS da aquisição de ativo intangível separado entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

9 Depósitos judiciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Não Circulante		
Depósitos Judicial - Cível	3	1.092
Depósitos Judicial - Trabalhista	932	498
Depósitos Judicial - Tributário	76	-
Total	<u>1.011</u>	<u>1.590</u>

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Outros ativos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento a fornecedores	317	827
Benefícios a funcionários	264	137
Outros	<u>159</u>	<u>205</u>
Total	<u>740</u>	<u>1.169</u>

11 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2018	Movimentações 2019		Saldos em 31/12/2019	Movimentações 2020		Saldos em 31/12/2020
			Adições	Transfer.		Adições	Transfer.	
Custo								
Máquinas e equipamentos		2.587	-	(2.186)	401	-	(176)	225
Móveis e utensílios		1.706	-	(234)	1.472	-	5	1.477
Equipamentos de informática		1.782	19	(16)	1.785	-	(25)	1.760
		6.075	19	(2.436)	3.658	-	(196)	3.462
(-) Depreciação Acumulada:								
Máquinas e equipamentos	20%	(2.052)	(207)	1.929	(330)	(6)	159	(177)
Móveis e utensílios	10%	(681)	(151)	109	(723)	(132)	(5)	(860)
Equipamentos de informática	20%	(1.155)	(231)	16	(1.370)	(166)	22	(1.514)
		(3.888)	(589)	2.054	(2.423)	(304)	176	(2.551)
Total		2.187	(570)	(382)	1.235	(304)	(20)	911

12 Intangível

	Saldos em 31/12/2018	Movimentações 2019			Saldos em 31/12/2019	Movimentações 2020			Saldos em 31/12/2020
		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.	
Intangível em Operação:									
Infraestrutura	625.557	1.367	(145)	2.458	629.237	240	(5.392)	1.960	626.045
Outorga de Concessão	234.402	-	-	-	234.402	-	-	-	234.402
Software	1.107	398	-	-	1.505	1.135	-	-	2.640
Impairment	(304.184)	(176.147)	-	-	(480.331)	(137.638)	-	-	(617.969)
	556.882	(174.382)	(145)	2.458	384.813	(136.263)	(5.392)	1.960	245.118
(-) Amortização Acumulada:									
Infraestrutura	(40.472)	(7.281)	16	(2.054)	(49.791)	(1.082)	428	(173)	(50.618)
Outorga de Concessão	(25.389)	(5.784)	-	-	(31.173)	(6.126)	-	-	(37.299)
Software	(56)	(42)	-	-	(98)	(312)	-	-	(410)
	(65.917)	(13.107)	16	(2.054)	(81.062)	(7.520)	428	(173)	(88.327)
Intangível em Andamento:									
Infraestrutura	97	1.476	-	(22)	1.551	85	-	(1.636)	-
Projetos	131	-	-	-	131	-	-	(131)	-
	228	1.476	-	(22)	1.682	85	-	(1.767)	-
Total	491.193	(186.013)	(129)	382	305.433	(143.698)	(4.964)	20	156.791

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Considerando o cenário de incertezas apresentado pelo COVID 19, a Companhia realizou o teste de impairment em data base preliminar 30/09/2020, para a referência de 31/12/2020, a fim de testar a recuperabilidade do valor contábil do Ativo Intangível. Foram considerados na análise, os impactos no fluxo de caixa projetado, assim como os efeitos na taxa de desconto. Cabe ressaltar que os principais efeitos no fluxo caixa projetado são derivados da queda abrupta na demanda de passageiros que tem reflexo em toda estrutura de receita e custo da Companhia. Após a aplicação do teste de impairment, foram encontrados sinais de reversão de irrecuperabilidade do valor contábil do Ativo Intangível, sendo assim em 31/12/2020 foi requerido uma reversão do registro de 30/09/20 no valor de R\$ 5.419. Para o ano de 2020 foram reconhecidos um valor total de R\$ 137.638 a título de perda por Impairment.

13 Salários e encargos sociais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos de Renda - IRRF	64	22
FGTS a recolher	179	70
INSS a recolher	642	645
Férias a pagar	1.170	1.197
Outros	42	57
Total	<u>2.097</u>	<u>1.991</u>

14 Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores nacionais	18.458	16.686
Fornecedores estrangeiros	183	540
Total	<u>18.641</u>	<u>17.226</u>

15 Empréstimos e financiamentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Financiamento infraestrutura (a)	9162	8172
	<u>9.162</u>	<u>8.172</u>
Não circulante		
Financiamento infraestrutura (a)	78795	74114
	<u>78.795</u>	<u>74.114</u>
Total	<u>87.957</u>	<u>82.286</u>

- (a) O financiamento de infraestrutura do BNDES foi contratado em 22 de novembro de 2012 pelo valor total de R\$ 329.263, divididos em 9 subcréditos.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 31 de dezembro	82.286	79.558
Pagamento de principal	(2.346)	(2.212)
Pagamento de juros e encargos	(560)	(3.112)
Apropriação de juros	8.577	8.052
Saldo em 31 de dezembro	87.957	82.286

O valor contábil considera juros a apropriar, apresentado a seguir:

	<u>Captação Corrigida</u>	<u>Juros a apropriar</u>	<u>Valor contábil</u>
Financiamento infraestrutura	126.680	(47.122)	79.558
31 de dezembro de 2019	126.968	(44.682)	82.286
Financiamento infraestrutura	132.410	(44.453)	87957
31 de dezembro de 2020	132.410	(44.453)	87.957

<u>Banco</u>	<u>Liberação</u>	<u>Principal</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos (% a.a.)</u>	<u>Saldo</u>
31 de dezembro de 2019		891.106			1.127.406
BNDES	mar/13	86.908	set/32	TJLP + 3,14%	11.630
BNDES	mar/13	6.409	jun/32	T.R. + 3,14% + IPCA	9.600
BNDES	nov/13	125.712	set/32	TJLP + 3,14%	16.287
BNDES	nov/13	14.853	set/32	T.R. + 3,14% + IPCA	25.638
BNDES	fev/14	13.562	set/22	Pré-fixado 2,5%	3.875
BNDES	fev/14	29.638	set/32	TJLP + 3,14%	3.888
BNDES	fev/14	2.964	jul/32	T.R. + 3,14% + IPCA	4.814
BNDES	mai/14	1.270	jul/32	T.R. + 3,14% + IPCA	7.404
BNDES	mai/14	12.702	set/32	TJLP + 3,14%	1.629
BNDES	nov/14	13.000	set/32	TJLP + 3,14%	1.604
BNDES	abr/15	8.000	set/32	TJLP + 3,14%	953
BNDES	mai/15	5.376	set/32	TJLP + 3,14%	635
31 de dezembro de 2020		320.394			87.957

Segue abaixo a projeção por ano dos empréstimos de longo prazo:

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Período</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Juros a transcorrer</u>	<u>Projeção</u>
2022	7.684	6.349	14.033
2023	6.198	5.799	11.997
2024	6.383	5.268	11.651
2025	6.584	4.741	11.325
2026	6.799	4.191	10.990
2027 em diante	45.147	12.372	57.519
Total	78.795	38.720	117.515

Nos contratos de financiamentos de longo prazo, celebrados entre a Companhia e BNDES foram apresentadas as seguintes garantias:

- Cessão Fiduciária de Recebíveis;
- Penhor de ações da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.;
- Fiança corporativa dos acionistas: American Internacional Airports LLC (AIA), ACI Airports S.A.R.L - (ACI) e Corporación América S.A. - (CASA);
- A Inframerica encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais e financeiras.

16 Compromissos com o poder concedente

A parcela da obrigação com o poder concedente é corrigida monetariamente com base na taxa SELIC e o primeiro pagamento ocorreu em janeiro de 2016.

(a) Direito com o Poder concedente

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reequilíbrio econômico-financeiro - Covid-19 (a)	18.786	-
Reequilíbrio econômico-financeiro - PPD (b)	9.231	-
	28.017	-
Circulante	28.017	-
	28.017	-
Movimentação:		
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 31 de dezembro	-	-
Receita REF Covid-19	19.713	-
Receita REF PPD	6.579	-
Correção monetária	3.660	-
Compensação (a)	(1.935)	-
Saldo em 31 de dezembro	28.017	-

Os reequilíbrios serão compensados com base nos reajustes de tarifas aeronáuticas e compensação dos pagamentos da contribuição mensal.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Compromisso com o Poder concedente

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contribuição fixa – Outorga	357.696	348.096
Circulante (a)	15.255	-
Não circulante	342.441	348.096
	<u>357.696</u>	<u>348.096</u>
Movimentação:		
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 31 de dezembro	348.096	342.527
Pagamento da Outorga fixa	-	(14.797)
Apropriação - correção monetária	9.600	20.366
Saldo em 31 de dezembro	<u>357.696</u>	<u>348.096</u>

17 Adiantamentos de clientes

A Companhia registra como adiantamentos de clientes os valores cuja contrapartida está relacionada à transmissão do direito de exclusividade na exploração de determinados negócios, dentro do escopo das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não-tarifárias. Os referidos valores são diferidos durante o prazo de vigência dos contratos.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Direitos de exclusividade	1.536	1.536
Demais adiantamentos	805	63
	<u>2.341</u>	<u>1.599</u>
Não circulante		
Direitos de exclusividade	3.731	5.267
Demais adiantamentos	-	60
	<u>3.731</u>	<u>5.327</u>
Total	<u><u>6.072</u></u>	<u><u>6.926</u></u>

18 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prováveis		
Trabalhistas	686	474
Cíveis	<u>600</u>	<u>607</u>
	1.286	1.081
Possíveis		
Trabalhistas	3.673	3.539
Cíveis	4.176	2019
Tributária	<u>18.293</u>	<u>17.168</u>
	26.142	22.726
Total	27.428	23.807

Movimentação das provisões

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 31 de dezembro	1.081	1.052
Provisão	336	85
Baixa por reversão	(7)	-
Baixa por pagamento	<u>(124)</u>	<u>(56)</u>
Saldo em 31 de dezembro	1.286	1.081

19 Outros passivos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Repasso FNAC (a)	133	701
Repasso ATAERO (b)	978	978
Repasso PAN/PAT (c)	34	68
Garantias diversas (d)	753	962
Contribuição Mensal (f)	703	1.413
Outros	<u>42</u>	<u>2</u>
	2.643	4.124

(a) (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999. O valor repassado corresponderá sempre a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão. A partir de 01 de janeiro de 2021, este repasse será extinto pela Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020;

(b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A partir de 1º de janeiro de 2017 este adicional foi extinto pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016;

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) O repasse PAN foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DCEA. Os percentuais são variáveis e determinados conforme PMD (peso máximo da decolagem);
- (d) Garantias de cliente, coberturas contratuais para casos de inadimplência das cessões de espaço.
- (e) A contribuição mensal, sancionada pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016, é um adicional cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 23,44%, que substituiu a partir de 01 de janeiro de 2017 o repasse ATAERO, sendo que o valor deverá ser repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), descontados os tributos.

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é representado por 809.772.627 Ações Nominativas, sendo: 150.036 ações detidas pela A.C.I Airports S.A.R.I. e 809.622.591 ações detidas pela Corporación América Airports S.A.. No exercício de 2020 foi integralizado o montante de R\$ 17.147 (em 2019 - R\$ 21.480).

	2020			2019		
	CORPORACIÓN AMERICA AIRPORTS S.A.	A.C.I AIRPORTS	Total	CORPORACIÓN AMERICA AIRPORTS S.A.	A.C.I AIRPORTS	Total
Ações	809.623	150	809.773	809.623	150	809.773
Subscrito	809.623	150	809.773	809.623	150	809.773
A integralizar	(1.873)	-	(1.873)	(19.020)	-	(19.020)
Integralizado	807.750	150	807.900	790.603	150	790.753

21 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita bruta – Tarifária	18.427	35.327
Receita bruta – Não Tarifária (a)	20.207	28.348
Contribuição mensal	(4.186)	(8.032)
COFINS	(2.883)	(4.773)
PIS	(626)	(1.036)
ISS	(435)	(788)
Receita líquida	30.504	49.046

- (a) As receitas não tarifárias referem-se à cessão de espaços físicos para a exploração de diversas atividades. Os impostos incidentes sobre os serviços, consistem principalmente de ISS calculado às alíquotas em vigor em Natal (2%) e relacionadas ao PIS (1,65%) e COFINS (7,6%).

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Custo dos serviços prestados

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(19.982)	(22.717)
Serviços de terceiros	(5.219)	(8.094)
Utilidades e telecomunicações	(3.205)	(3.489)
Manutenção	(6.339)	(8.443)
Amortização e depreciação	(1.394)	(7.324)
Amortização Outorga fixa (a)	(6.025)	(5.688)
Impostos e taxas	(289)	(389)
Tecnologia	(1.830)	(2.683)
Outros	(4.193)	(950)
Total	(48.476)	(59.777)

(a) Valor da amortização da outorga fixa registrado na Companhia é calculado com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto.

23 Despesas administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(974)	(1.101)
Serviços de terceiros	(359)	(208)
Amortização e depreciação	(304)	(587)
Seguros	(731)	(642)
Tecnologia da informação	(96)	(104)
Impostos e taxas	(187)	(388)
Provisões Judiciais	-	(28)
Outros	(1.295)	(448)
Total	(3.946)	(3.506)

24 Despesas comerciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(236)	(205)
PCLD e perdas efetivas contas a receber	(700)	(512)
Outros	(6)	(20)
Total	(942)	(737)

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reequilíbrio Econômico-financeiro (a)	23.860	-
Baixa de Intangível/Imobilizado	(4.964)	(69)
Impairment	(137.638)	(176.147)
Outros	(11.747)	369
Total	(130.489)	(175.847)

(a) Abertura dos Reequilíbrios Econômico financeiro – REF.

	<u>Receita</u>	<u>(-) Impostos (*)</u>	<u>Total</u>
REF - Covid-19	19.713	(1.823)	17.889
REF - PPD	6.580	(609)	5.971
Em 31 de dezembro de 2020	26.292	(2.432)	23.860

(*) PIS e COFINS.

26 Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita Financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	5	345
Descontos obtidos	131	58
Correção monetária – Reequilíbrio econômico-financeiro	3.660	-
Outros	292	223
	4.088	626
Despesa Financeira		
Juros, encargos e taxas bancárias	(9.427)	(8.532)
Correção monetária – Direito de concessão (a)	(9.600)	(20.366)
	(19.027)	(28.898)
Total	(14.939)	(28.272)

(a) A correção monetária sofre impacto direto da SELIC que em 2020 foi de 2,71%, acumulado (2019 – 5,80%).

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Imposto de renda e contribuição social

(a) - Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos no exercício referem-se:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(168.288)	(219.093)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	57.218	74.492
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(79)	(176)
Diferido Prejuízo Fiscal Período não constituídos	(5.915)	(14.533)
Diferido diferenças temporárias não constituídas	(51.224)	(59.783)
Total do imposto no resultado - efetiva	-	-

(b) - Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

(b.1) - Composição do imposto de renda e da contribuição social diferido ativo

Como as projeções apresentadas para realização dos impostos diferidos não se concretizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém o princípio de não registrar o ativo diferido proveniente do imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões temporárias, base negativa e prejuízo fiscal auferidos. O quadro abaixo demonstra a composição dos saldos não registrados:

Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	99.246	137.538
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	437	368
Perdas estimada para créditos de liquidação duvidosa	476	410
Provisão para despesas diversas	49.970	1.536
Provisão estimadas por Impairment	<u>210.109</u>	<u>163.313</u>
	360.238	303.165
Passivo		
Margem de construção	(2.696)	(2.772)
Diferenças entre depreciação societária e fiscal	<u>(135)</u>	<u>(123)</u>
Total	(2.831)	(2.895)
Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos Não Constituídos	<u>357.407</u>	<u>300.270</u>

(c) - Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Concessionária, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas.

28 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de risco para mitigar riscos, contratando a cobertura de seguro compatível com seu porte e operações no mercado. Os valores do seguro são considerados suficientes pela administração para cobrir possíveis perdas, levando em consideração a natureza das atividades, os riscos envolvidos nas operações e o conselho de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
RO - PATRIMONIAL	Perdas e danos nos bens patrimoniais incluídos na apólice	280.392	Dez/2020 a Dez/2021
RC HANGAR (a)	Cobertura de danos ao concessionário e operador aeroportuário	300.000	Jun/2020 a Jun/2021
PERFORMANCE	Garantia de execução do contrato de concessão junto à ANAC	14.197	Jun/2017 a Jan/2021
D&O	Responsabilidade Civil aos Administradores e Diretores	103.835	Dez/2020 a Dez/2021
RC –GERAL	Reparação de danos materiais a terceiros	10.000	Dez/2020 a Dez/2021
GARANTIA FINANCEIRA	Garantia Contrato Engie	892	Dez/2019 a Dez/2020
SEGURO FROTA	Seguro auto frota	400	Jun/2020 a Jun/2021
SEGURO FROTA	Seguro ônibus	400	Jul/2020 a Jun/2021

(a) Seguro contratado em moeda estrangeira (Dólar estadunidenses).

Jorge Arruda Filho
Diretor Presidente

Bruno Souza Ferreira da Silva
Diretor Financeiro

Erica Rocha Vinhal
Contadora
CRC-DF: 15987/O-7 DF

* * *